



## Desembargadora que discutiu com policiais diz que vídeo é tendencioso

A desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina acusada por policiais de dar "carteirada" para tentar livrar o filho em uma blitz de trânsito em Florianópolis afirma que nunca utilizou seu cargo para tentar proteger um familiar e que, no [vídeo](#) veiculado na imprensa, só aparece o que interessaria aos policiais. A nota foi divulgada por meio da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), que disse que irá tomar "todas as medidas legais" em defesa da desembargadora.

A desembargadora reafirma que se alterou no trato com os policiais porque foi provocada e sofreu ameaças de ser algemada. Segundo ela, os fatos foram distorcidos para prejudicá-la e "inocentar" os policiais, "que agiram de forma tendenciosa, leviana e arbitrária". "Culminaram por encaminhar referido vídeo a site de internet sensacionalista e para isso igualmente utilizaram-se, indevidamente, de imagem minha pessoal, obtida através de uma ocasião social, o que em nada representa minha conduta diária, em que prezo acima de tudo a discrição."

Segundo os policiais, o filho da desembargadora foi abordado sem nenhum documento. Em consulta no sistema do Detran, a PM constatou que o veículo estava com débitos de 2009 e multas. O condutor, contatado por policiais, foi informado de que o carro seria apreendido. Nesse momento, telefonou para a sua mãe, a desembargadora, que chegou ao local 15 minutos depois. Houve discussão e um dos policiais resolveu filmar com o telefone celular. "Quando tomamos conhecimento da falta de documentos do veículo, chegamos a advertir, reservadamente, nosso filho, o que até foi observado pelos policiais, mas que não satisfeitos, resolveram criar outra situação", afirmou a magistrada.

### Leia a nota.

#### NOTA DE APOIO E SOLIDARIEDADE

A Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) torna público seu irrestrito apoio e solidariedade à magistrada de Santa Catarina que distribuiu nota esclarecendo fatos que foram manifestamente distorcidos por policiais envolvidos e que acabaram por se utilizar de mídia sensacionalista e inclusive da Internet, para atingir e denegrir sua imagem pessoal e profissional. Esclarece ainda a entidade que tomará todas as medidas legais na defesa das prerrogativas de sua associada.

Elpídio Donizetti

Presidente

Nota

Face os recentes acontecimentos explorados sensacionalistamente na mídia, envolvendo minha pessoa, declaro que não manifestei-me publicamente, em respeito ao Tribunal de Justiça e para evitar maiores polêmicas. Todavia, face a repercussão indevida e a proporção que tomou dita situação, sinto-me no



---

dever de relatar o ocorrido.

Fui envolvida em uma ardilosa situação em que apresentam um vídeo mal feito, truncado, editado, onde só aparece o que interessaria aos policiais. Jamais usei de abuso com quem quer que seja, não mostrei carteira funcional e só me identifiquei quando fui desrespeitada pelos policiais, inclusive com ameaça de “detenção e uso de algemas”, sendo que isso ocorreu porque insurgi-me contra a pretensa filmagem de uma situação que os próprios fabricaram e distorceram, tendo colocado a mão defronte a câmara de um telefone celular de uso pessoal de um deles. Não exerci influências e tampouco tentei interferir na ação policial, tendo os fatos ocorrido enquanto esperávamos a chegada de um “guincho”, o que levou quase duas horas. O veículo foi efetivamente multado e guinchado, sem restrições, sendo liberado no dia seguinte mediante o cumprimento de todas as formalidades legais.

Esclareço que não compareci ao local para proteger indevidamente pessoa de minha família, muito pelo contrário, chegamos para verificar o que ocorria, que, a nosso ver, tratar-se-ia da falta momentânea de carteira de habilitação, o que exigiria a presença de outro condutor habilitado para dirigir o veículo. Quando tomamos conhecimento da falta de documentos do veículo, chegamos a advertir, reservadamente, nosso filho, o que até foi observado pelos policiais, mas que não satisfeitos, resolveram criar outra situação. Todos os fatos foram distorcidos de modo a prejudicar-me e “inocentar” os referidos policiais, que agiram de forma tendenciosa, leviana e arbitrária. Culminaram por encaminhar referido vídeo a “site” de internet sensacionalista e para isso igualmente utilizaram-se, indevidamente, de imagem minha pessoal, obtida através de uma ocasião social, o que em nada representa minha conduta diária, em que prezo acima de tudo a discrição.

Por fim, declaro que nada fiz que pudesse macular o Poder Judiciário ou minha própria pessoa. Não tomei medidas judiciais antes tentando não acirrar mais os ânimos, mas a situação tornou-se insustentável e nesta data entreguei o caso a renomado e ilibado escritório jurídico.

Tenho recebido apoio incondicional de diversos segmentos da sociedade, inclusive magistrados, da ativa e aposentados, Representantes do Ministério Público, advogados e tantos outros.

E acima de tudo tenho pautado minha vida pessoal e profissional pelos mais elevados preceitos de ética, dignidade e probidade.

Saliento que, quando da divulgação da notícia, tomou-se conhecimento de que o Comando da Polícia Militar de Santa Catarina teria reprovado a atitude dos policiais, que, acima daquele, teriam tomado as medidas relatadas sem comunicação. Posteriormente, através da imprensa, soube-se que, lamentavelmente, o Comando teria aprovado a atitude dos policiais.

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) já manifestou-se a respeito e, pessoalmente, estou tomando as medidas judiciais cabíveis ao caso.

### **Date Created**

24/04/2010